

C O M O M O R R E

A M E T A D E

D O M U N D O

MEFES - CENTRO DE FORMAÇÃO

MEPES

Centro de Formação ... 1979

ANCHIETA - E.S.

COMO MORRE A METADE DO MUNDO

APRESENTAÇÃO

Esse texto é um conjunto composto de resumo e de extratos das primeiras partes do livro : "HOW THE OTHER HALF DIES" ("Como morre a outra metade do mundo") de SUSAN GEORGE. Esse resumo foi realizado a partir da tradução francesa : "COMMENT MEURT L'AUTRE MOITIÉ DU MONDE" da Editora "ROBERT LAFFONT". Não foi encontrada ainda a versão brasileira desse livro.

Era muito mais seguro fazer uma tradução do livro. Mas não é legítimo traduzir um texto a partir duma versão diferente do original. Além disso, esse condensado tem mais chance de ser lido do que o livro inteiro... Portanto, foi escolhida essa solução.

Por que mandar esse texto aos monitores das EFAs ? Porque as principais vítimas do processo descrito são os camponeses : agricultores e assalariados rurais. Porque a EFA não pode deixar de interessar-se por tudo aquilo que pode esclarecer mais a situação do meio rural. Porque a EFA tem condição de ajudar o meio na reflexão sobre os próprios problemas.

Esse livro aborda problemas técnicos, desmontando os mecanismos de opressão econômica através de um ilusório progresso técnico. Mas o mais importante é que essa leitura nos abre pistas de reflexão sobre os primeiros passos possíveis ao nosso nível, ao nível do pequeno produtor. Geralmente, a contemplação dos problemas internacionais nos leva ao desânimo em frente da enorme máquina esmagadora. Aqui, percebemos os defeitos da máquina e, portanto, as possibilidades de salvar alguma coisa, pelo menos nos lugares de nossa atuação.

Quem fez esse trabalho de tradução e adaptação, apesar de ter perdido muitas ilusões, dar-se-ia por muito satisfeito se esse texto chegasse a ser lido por alguns monitores e se essa leitura alimentasse diálogos, pesquisas e - quem sabe ? - provocasse o desejo de ampliar essa forma de assessoria às escolas.

ALGUMAS ABREVIATURAS

- PD Países desenvolvidos (América do Norte, Europa ocidental, Europa do Leste, Japão, Austrália, Nova Zelândia)
- PS Países subdesenvolvidos (todos os outros) : não adianta chamá-los de "países em via de desenvolvimento", já que a situação deles vai geralmente piorando
- FAO Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
- BIRD Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento : o chamado "Banco Mundial"
- USAID Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional
- PNB Produto nacional bruto (valor total dos bens e dos serviços produzidos anualmente por uma nação)
- VHR Variedade de cereal com alto rendimento
- OPEP Organização dos Países Exportadores de Petróleo

Os "países do Sahel" são o Alto Volta, o Mali, a Mauritânia, o Niger, o Senegal e o Chade.

1. MUNDO RICO - MUNDO POBRE

A fome não é um fenômeno inevitável. O mundo de hoje dispõe dos recursos físicos e dos meios técnicos necessários para alimentar a população atual do planeta, ou mesmo uma população mais abundante. Infelizmente, o problema não é de natureza técnica. Onde seja que eles vivem, os ricos comem primeiro; eles comem uma quantidade de alimentos exagerada, e os pobres se revoltam raramente contra essa opressão fundamental. A fome não é uma calamidade, mas sim um escândalo.

Assim como a burguesia do século XIX opunha-se a cada reforma, profetizando um desastre econômico se as crianças de oito anos deixassem de trabalhar nas fábricas, os potentes grupos de hoje que aproveitam da pobreza do Terceiro-Mundo tentam manter o "statu quo" entre o mundo rico e o mundo pobre.

Ninguém pode negar que os países desenvolvidos e industrializados (a maior parte dos países ocidentais, socialistas ou capitalistas, mais o Japão e alguns outros), que passaremos a chamar PD, consomem muito mais comida do que os países do Terceiro-Mundo, que chamaremos PS. Nesses últimos anos, o mundo tem produzido cerca de 1.300 milhões de toneladas de cereais, e os PD consumiram a metade, apesar de representarem apenas o quarto da população mundial. Seus animais comem um quarto da produção mundial de cereais, seja o equivalente do consumo humano da China e da Índia reunidas: 1 bilhão e 300 milhões de pessoas. Precisa cerca de 7 quilos de grãos para produzir 1 quilo de boi, e 3 ou 4 para produzir 1 quilo de porco. A média do consumo dos PS é de 230 kg de cereais anualmente. No mesmo período, os USA consumiam uma média anual de 800 kg, cujos nove décimos sob forma de carne, de ave ou de produtos leiteiros.

Considera-se geralmente que os Estados Unidos dispõem do instrumento de produção alimentar o mais eficiente do mundo - e é claro que eles tentam impor seu próprio sistema agrícola aos outros PD assim como ao Terceiro-Mundo. Esse sistema é provavelmente eficiente, mas é também extremamente careiro. A "agricultura" dos Estados Unidos de hoje não tem muita coisa a ver com a agricultura que conhecíamos; trata-se mais de um sistema altamente sofisticado, intensivo em energia e capitais, concebido para transformar uma série de produtos industriais em uma outra série de produtos industriais comestíveis. A exploração agrícola, dentro desse sistema, tornou-se quase acessória; ela ocupa menos de 4 por cento da população americana. Um economista define assim o sistema: "Atender a uma necessidade e tirar disso um proveito, isto é a natureza mesmo do sistema americano. A época das pequenas explorações familiares já era e o povo faria bem em esquecê-la. Precisa capitais para ser agricultor hoje e o capital exige um proveito. A dona de casa pagará sua comida mais caro, mas os Americanos gastam menos para a comida do que em qualquer outro país. O consumidor americano é mal acostumado, mas ele terá que mudar seus hábitos."

Há vinte anos, quase a metade das terras americanas eram classificadas pelo Departamento de Agricultura como pastos - terras de pouca fertilidade podendo apenas servir para criação de gado. Mas porque criar um animal solto leva um "exagero de tempo", a maior parte dessas terras de fraco rendimento está sendo abandonada. Assim, quase todos os animais americanos são concentrados em explorações em que mais de 100.000 bichos infelizes podem receber proteínas e aditivos químicos. A indústria dos produtos alimentares para animais é a "nona indústria dos Estados Unidos". Esse sistema provoca o abandono dos pastos e o desgaste de enormes quantidades de cereais que poderiam alimentar os homens, mas será isso a culpa do consumidor? O fato que o esterco animal nem volta ao solo sob forma de adubo mas acaba na água sob forma de poluição completa o absurdo desse sistema de criação.

Esse modelo de produção alimentar, grande consumidor de energia e de capitais, expressadamente destinado a fazer absorver enormes quantidades de cereais e de produtos industriais, é aquele que os Estados Unidos tentam impor ao resto do mundo. A União Soviética adotou esse modelo; suas importações maciças de cereais em 1972 e 1975 eram destinadas a alimentar o gado e não os homens. A sobrevivência comercial dos Estados Unidos, e daí seu estatuto de potência mundial, depende fundamentalmente e cada vez mais de sua capacidade de exportar seus produtos agrícolas e agro-industriais. Os cereais para gado estão dentro de suas mais importantes culturas. Gasta-se até dez calorias de energia para produzir uma caloria de comida. As maiores companhias agrícolas integradas são capazes de controlar todas as etapas da produção, do plantio até o supermercado.

O sistema alimentar americano já atingiu os limites daquilo que ele pode impor a seus fregueses em termos quantitativos. Fisicamente, eles não podem engolir mais. Mas como a única alternativa dessa indústria é a expansão ou o fracasso a prazo, ela deve aumentar o valor daquilo que é consumido. Apesar de que muito poucos Americanos trabalham na agricultura, três Americanos sobre dez são empregados na indústria alimentar.

Uma outra característica de tais sistemas agrícolas altamente sofisticados é sua versatilidade. Eles podem adaptar-se ao mercado em período espantosamente curto. Durante os anos 1960, a máquina alimentar começou a juntar excessos que ela não podia difundir no mercado mundial. O governo reagiu, retirando 20 milhões de hectares da produção e pagando os agricultores para não produzir. Quando os preços mundiais subiram e que os estoques alimentares abaixaram até níveis preocupantes, esses hectares foram reintegrados na produção. Em agosto de 1977, frente aos estoques que aumentavam de novo, o Presidente Carter anunciou que 20 por cento das superfícies cultivadas em trigo deviam ser retiradas da produção. Entre 1972 e 1973, a produção de trigo aumentou de 12 por cento e a da soja de 25 por cento. Em outras palavras, a agricultura industrializada pode atender com extraordinária versatilidade ao acréscimo da demanda de produtos agrícolas quando essa demanda expressa-se em dinheiro.

Se os países ricos tivessem continuado produzindo cereais num ritmo constante entre 1969 e 1972, teriam produzido 90 milhões de toneladas de trigo e milho. Na Conferência Mundial da Alimentação, o diretor da FAO pedia simplesmente 8 a 12 milhões de toneladas para que a Índia, o Bangladesh, o Paquistão, a Tanzânia e os países do Sahel possam "evitar o pior". De um ponto de vista moral, essa disparidade pode parecer assustadora. De um ponto de vista econômico, ela mostra apenas, mais uma vez, que a produção alimentar dos países desenvolvidos é ligada à demanda solvível - e não às necessidades dos seres humanos. Se 12 milhões de toneladas teriam sido suficientes para atender às necessidades fundamentais dos países mais atingidos pela fome naquele ano, isso quer dizer que apenas 1 por cento da produção alimentar mundial faz a diferença entre a vida e a morte para as vítimas da fome. Em absoluto, esse problema deveria poder ser resolvido facilmente. No sistema econômico atual, isso parece insuperável.

Se uma quantidade de cereais tão pequena pode trazer tamanha melhoria, por que os países famintos não se alimentam a si mesmos? Isto é a solução indicada por muita gente para resolver em parte o problema da fome. Mas, antes de examinar essa possibilidade, temos que fazer uma distinção importante. Mesmo no Terceiro-Mundo, não há "países famintos". Há somente amplas camadas da população que não podem produzir ou comprar suficientemente para atender às suas necessidades. Então, quem pode produzir e quem pode consumir nos PS?

A primeira condição para produzir comida é possuir uma terra. A maior parte da população do Terceiro-Mundo vive fora das cidades - uma média de 80 por cento na Ásia e mais de 95 por cento em certas regiões da África - e depende da terra para sobreviver. A agricultura constitui o único meio de existência para a maior parte da população de todos os países pobres.

A pobreza urbana do Terceiro-Mundo é escandalosa. Mas a maioria daqueles que o Banco Mundial chama "pobres absolutos" (renda anual inferior a 70 dólares) se encontram nas zonas rurais. Aqueles mesmos que vivem no campo são os carentes de comida.

Por que esses camponeses não conseguem viver decentemente? Porque as injustiças sociais que caracterizam seus países impedem-nos. Eles são oprimidos, pois a terra - o equivalente da riqueza num PS - está concentrada nas mãos de um pequeno número de proprietários. Na América do Sul, 17 por cento dos proprietários controlam 90 por cento das terras. Na América latina, mais de um terço da população dispõe apenas de 1 por cento das terras cultivadas. As estatísticas do Banco Mundial a respeito de 22 PS mostram que, em média, um terço da população rural ativa não possui terra alguma.

Além disso, nos três continentes mais pobres (principalmente África e América do Sul), as maiores explorações são as que produzem menos comida. Geralmente, um grande proprietário investe o menos possível e fica satisfeito com um rendimento

fraco por hectare, já que ele possui milhares deles. O pequeno proprietário capricha com amor o pouco que ele possui, dedicando-lhe a maior parte de suas energias, e a terra o paga bem. Na Argentina e no Brasil, onde os latifundiários estão reinando, as menores explorações familiares produzem, por hectare, oito vezes mais do que as grandes fazendas. Na Colômbia - país campeão da América latina nessa categoria - os pequenos produtores são quatorze vezes mais eficientes do que os grandes. As estruturas sociais existentes nos PS proibem os camponeses produzir nem que seja uma parte da comida que eles poderiam produzir se medidas de justiça social elementares fossem tomadas. Os camponeses nem são "preguiçosos" nem "atrasados" mas quase nunca têm os meios de trabalhar. Os atrasados são os sistemas de propriedade que impedem a produtividade do Terceiro-Mundo. As famosas "reformas agrárias" dos países subdesenvolvidos só existem no papel.

Existe mais um fator contribuindo à fome. Uma cultura lucrativa (para renda) pode fornecer produtos não comestíveis (algodão, flores, borracha); produtos comestíveis sem valor nutritivo (café, chá); ou produtos comestíveis com valor nutritivo (açúcar, banana, amendoim ou mesmo trigo, etc...). Quem consome esses produtos? Quem tira proveito deles? É isso que faz a diferença entre cultura "lucrativa" e cultura "alimentar" (para produzir víveres). Para falar claro, quase nunca são os mesmos que produzem e que consomem. Um país é às vezes obrigado a praticar uma cultura lucrativa porque um outro país lhe dita o que ele deve produzir. Por que os três continentes os mais pobres, que devem hoje importar enormes quantidades de cereais, exportavam cereais até o início da Segunda Guerra Mundial? Porque, naquela época, as metrópolis desejavam que produzissem grão. Isso não quer dizer que as populações locais podiam alimentar-se decentemente porque cultivavam, por exemplo, trigo no lugar de algodão. Hoje, os Estados Unidos tornaram-se fornecedores de cereais ao mundo inteiro (com a ajuda do Canadá, da Austrália, da Argentina e da França). Consequentemente, os antigos países "colonizados" produzem hoje outras coisas. Mesmo quando esses países são legalmente independentes, eles controlam raramente a natureza de sua produção. Mesmo aumentando o volume de suas exportações (todos conseguem), eles não aumentam a renda dessas exportações: o volume atual das exportações aumentou de mais de 30 por cento nos últimos vinte anos, ao passo que seu valor, em termos reais, cresceu apenas de 4 por cento. As culturas lucrativas não dão muito ... lucro!

Os pobres controlam raramente a tecnologia de transformação e os circuitos de distribuição que poderiam aumentar o valor dos alimentos que eles produzem. A soja e o café brasileiros são em grande parte tratados por multinacionais americanas. Um estudo detalhado mostra que apenas 11 por cento do valor mercantil da produção de bananas voltam aos países produtores da América latina. Na África, a cultura lucrativa foi sempre privilegiada contra a cultura alimentar em cada país estudado. Durante os recentes anos de seca, o Mali aumentou sua produção de amendoim para a exportação de 25 por cento e triplicou sua produção de algodão. No mesmo tempo, a quantidade de alimentos dis-

poníveis para a população caía de 40 por cento. As receitas das culturas "lucrativas" nem permitiram cobrir o custo das importações alimentares, sem falar dos produtos industriais. Se os PS mudassem a política - privilegiando a produção alimentar - os produtos de exportação seriam menos numerosos no mercado e seus preços subiriam - como mostra qualquer livro de economia elementar.

Em muitos países, as culturas lucrativas ocupam os solos os mais férteis de zonas imensas e monopolizam a maior parte dos raros meios de produção necessários ao progresso agrícola (adubos, pesticidas, irrigação e máquinas agrícolas). Como sempre, o pequeno camponês fica esquecido; ele tem direito apenas às técnicas ancestrais e aos meios de produção os mais elementares. Dada essa situação, aquilo que ele consegue produzir é extraordinário. Os milhões de pequenos camponeses têm nas suas mãos a solução da crise alimentar dos países pobres. Analisar os obstáculos a essa solução constitui, em parte, o propósito desse texto.

Quem, no Terceiro-Mundo, consome aquilo que foi produzido e que o complexo agro-industrial ocidental não desviou para os países ricos? Comparando o modelo de consumo dos países pobres com o dos países ricos, há somente um aspecto animador: os animais ainda não consomem muitos cereais próprios ao consumo humano. As companhias agro-alimentares tentam, porém, mudar essa situação...

Existe muitas estatísticas... mas é difícil interpretá-las. Os números da FAO indicam, por exemplo, que os Cubanos recebem uma média de 2.700 calorias por dia e os Brasileiros, 2.620. Já que sabemos que Cuba é uma sociedade relativamente igualitária, podemos supor que o conjunto da população se encontra bem além do nível de grave malnutrição, o que é o caso. Mas um exame mais detalhado do consumo alimentar em relação à renda no Nordeste do Brasil mostra que os indivíduos mais pobres são fisiologicamente famintos pois dispõem apenas de 1.240 calorias por dia, ao passo que os mais ricos devoram diariamente 4.290 calorias !...

Existe alguém mais subalimentado e mais desesperado do que um pobre em baixo da escala social dum país subdesenvolvido? Sim: sua mulher e, frequentemente, seus filhos. O privilégio da comida vai a quem "trabalha", no sentido de render um certo valor mercantil. Como isso não é o caso da mulher, ela passa fome mesmo que trabalhe mais do que o homem e tenha precisão de mais comida quando grávida ou amamentando.

Raros são os camponeses que podem produzir a comida necessária à família para o ano inteiro. Um estudo foi feito no Norte da Índia e descobriu que 14 por cento conseguiam alimentar-se durante 10 a 12 meses do ano; 36 por cento durante 7 a 9 meses; 29 por cento durante 4 a 6 meses; e os 21 por cento restantes produziam comida apenas para 1 a 3 meses do ano. O resultado final acaba quase sempre pelo endividamento e a perda da terra. Daí a concentração crescente das terras cultiváveis no Ter-

ceiro-Mundo. Como as Nações Unidas declaravam timidamente, para que essas populações tenham uma chance de comer, "seria necessário quebrar o círculo vicioso : desemprego - fraca produção alimentar - fraca renda, que asfixia uma tão grande parte da humanidade. Tal política poderia exigir profundas transformações das estruturas sócio-econômicas atuais".

Antes de indicar os verdadeiros responsáveis da crise alimentar mundial, temos primeiro que mostrar que a fome não é provocada pelo acréscimo da população, mesmo que isso possa piorar a situação. A fome também não é resultado do mau tempo ou do clima, mesmo que isso possa piorar a situação. As calamidades naturais podem agravar a miséria dos homens, mas elas não são a causa. Se um sistema econômico e social for vulnerável, ele pode ser atingido pela fome sem intervenção de desastre natural.

(No fim desse capítulo, a autora convida seus leitores para ler o apêndice, se eles não o acharem técnico demais).

2 . O MITO DA POPULAÇÃO

A fome, a apatia e a morte rápida caracterizam a vida de um pequeno agricultor ou de um camponês sem terra nos países pobres. Ele não pode controlar as forças que modelam sua vida. Mas o pior, num certo sentido, é que os ricos consideram-se mais bem armados para resolver os problemas dele. Isso pode ser feito num espírito de compreensão "caritativo" ou por razões menos admissíveis. Um dos objetivos principais do Ocidente é diminuir a população do Terceiro-Mundo. Aquela gente, dizem, é demasiadamente numerosa.

Deveriam controlar os nascimentos nos países ricos que consomem a maior parte do estoque mundial de cereais sob forma de carne ! Mas a explosão demográfica dos países pobres fornece o principal argumento para explicar ao público as causas da fome.

O simples fato que os ricos e os potentes tenham mostrado tamanho interesse para limitar a taxa de nascimento dos pobres e dos oprimidos deveria nos alertar. Será mesmo caridade ? Ou será vontade que os países pobres adaptem sua população às suas atuais capacidades de produção sem tocar no sistema de propriedade vigente ?

A seguir, um condensado do raciocínio habitual :

- 1 - Os recursos mundiais, inclusive a comida, são limitados.
- 2 - Há um exagero de gente na terra e cada um sabe que os países os mais pobres têm as taxas de nascimento as mais altas, então
- 3 - Os pobres são quem consomem os recursos mundiais.

Na verdade, é muito mais importante entender por que esses povos têm muitos filhos do que agitar-se inutilmente porque as populações aumentam. O principal é entender que o mundo cabe hoje 4.000 milhões de seres humanos e que precisa alimentá-los desde já. É a única esperança de reduzir seu número mais tarde.

Se é verdade que a população aumentou mais rapidamente do que a produção alimentar em certos PS, o contrário aconteceu em muitos que foram os alvos dos conselhos ocidentais, tais como Angola, Bolívia, Brasil, Egipto, Etiópia, Índia, Moçambique, Niger, Senegal, Sri Lanka, Sudão e Alto Volta. No entanto, poder-se-ia pretender que, mesmo naqueles países, as populações são abundantes demais para permitir alimentar decentemente cada habitante. Esse argumento, na realidade, indica que o problema fundamental é um problema de distribuição (da comida e dos meios de produzi-la) e da vontade política de aumentar a produção alimentar, já que isso é tecnicamente possível. A população poderia até diminuir e a produção alimentar aumentar, porém, se a maioria dos indivíduos não dispuserem do poder aquisitivo necessário para pagar sua comida, a fome e a malnutrição continuarão atin-

gindo a mesma porcentagem - ou mais - da população mundial. É a ausência de uma repartição justa que impede a muitos Brasileiros comer o necessário, apesar de ter uma taxa de acréscimo do PNB bem superior à taxa de acréscimo de população.

A estrutura do sistema de propriedade desempenha um papel muito mais importante do que a densidade de população. E a densidade de população não tem relação com a produção alimentar real; a fome existe na Bolívia (5 habitantes ao km²) e na Índia (172 habitantes ao km²) - mas não há fome na Holanda onde vivem 326 habitantes ao quilómetro quadrado. Quanto aos hectares cultiváveis, disponíveis por habitante, temos 0,63 ha na Bolívia, 0,30 ha na Índia e apenas 0,06 ha na Holanda. Muitos Índios e Bolivianos morrem de fome ao passo que a Holanda satisfaz a quase todas suas necessidades e ainda exporta produtos alimentares. Até hoje, ninguém reclamou o controle dos nascimentos para os Holandeses... O exemplo o mais evidente é o da China, flagelada pela fome quando contava 500 milhões de habitantes. Hoje, ela fornece 2.300 calorias por dia a uma população de 800 milhões de habitantes. A primeira coisa a compreender, quando se toca no problema população/comida, é que a fome não é provocada pelo crescimento demográfico. A fome como o crescimento rápido da população reflete o mesmo fracasso de um sistema político e social.

Por que os pobres têm essa obstinação de ter muitos filhos? Isso é pergunta de Ocidental para quem um filho custa um dinheirão para criar, educar, etc. Esse filho é muito "caro". Para os pobres, não há obstinação: um filho é uma boca a mais para alimentar: isso faz pouca diferença. Mas já com quatro ou cinco anos, o filho prestará alguns serviços. Mais tarde, ele poderá fazer aquilo que a mãe seria obrigada fazer se ele não estivesse ali. A maioria das mães do Terceiro-Mundo têm apenas uma chance sobre duas de ver os filhos ultrapassar a idade de cinco anos. Sendo os filhos uma necessidade econômica, os pobres também devem planejar os nascimentos. Além disso, os pobres envelhecem rapidamente e os filhos representam o seguro para o futuro. Não é por razão de serem ignorantes, analfabetos ou atrasados que os pobres têm muitos filhos, nem... por falta de distrações. Afinal, os filhos constituem a única riqueza dos pobres. Para reduzir o número de filhos, tem que mudar a situação social que torna eles indispensáveis por enquanto. Muitos exemplos de iniciativas governamentais para reduzir os nascimentos acabaram num fracasso, depois de ter gastado importâncias enormes.

Pouca atenção se dá geralmente nos PS àquelas que dão a luz a esses filhos. Quase nada foi feito para a educação das mulheres, dando sempre prioridade aos rapazes. Quando as mulheres recebem uma boa formação, elas são perfeitamente capazes de resolver seus problemas.

É razoável pensar que essa grande preocupação dos países ricos para com a população dos países pobres não passa de uma forma de medo frente à essa força "revolucionária" que poderia levantar-se um dia e derrubar o atual sistema que serve apenas para enriquecer os ricos.

3. AS ELITES LOCAIS

Se é verdade que os Ocidentais impõem suas concepções à outra metade da humanidade, por que os outros deixam? Essa submissão do Terceiro-Mundo é em parte o resultado de uma estratégia ocidental a longo prazo. Por outra parte, podemos afirmar que, numa certa estrutura social e com poderes suficientes, os ricos - sejam eles pretos, amarelos, norenos ou brancos - mostrar-se-ão cúpidos e egoístas e procurarão oprimir os pobres para defender aquilo que conseguiram. Esses ricos irão cooperar com todos os que podem ajudá-los em manter seus poderes e seus privilégios.

Em 1964, o Sr. Coffin, delegado da USAID (Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional) declarou :

"Nosso objetivo fundamental é um objetivo político a longo prazo. O desenvolvimento em si não nos interessa ... Um dos nossos principais objetivos é dar o máximo de possibilidades às iniciativas privadas e assegurar-nos de que os investimentos privados estrangeiros, particularmente os dos Estados Unidos, são bem acolhidos ... O problema é apreciar como esse programa pode trazer a melhor contribuição ao conjunto dos interesses americanos...

O Programa de Formação dos Participantes ... constitui uma fase crucial do ponto de vista da possibilidade de uma comunicação efetiva das idéias. É muito delicada se não for utilizada com cautela ... A Agência convida anualmente nos Estados Unidos 6.000 estrangeiros (os participantes) para uma formação técnica e profissional ... Sua formação é ligada diretamente aos objetivos de desenvolvimento de seus próprios países. Eles vivem e trabalham conosco, eles viajam por nosso país e compartilham nossa vida social e nossos lazeres. Eles voltam nos seus países levando novas competências técnicas, mas também os valores de nossa sociedade que eles assimilaram. A possibilidade de uma ampla orientação social e política aliarça todos os níveis da experiência dos participantes nos Estados Unidos"

A USAID faz do "participante" um futuro "ponto de contato" quando esse tiver regressado no seu país. Tem associações de ex-alunos para acompanhar, assim como reuniões mondanas, conferências e seminários, estágios de aperfeiçoamento em língua inglesa, jornais, possibilidades de aderir a sociedades profissionais americanas, etc. A assistência agrícola é considerada pela USAID de suma importância para a luta ideológica, pois "o caráter político fundamental de um país. é amplamente determinado pelas instituições rurais destinadas a realizar o desenvolvimento agrícola".

A USAID apoia também universidades locais em que os estudantes são convidados em preferir associações profissionais a associações políticas. Assim, os estudantes perdem sua "ima-

turidade política" e tornam-se convencidos de que "o desenvolvimento de seu país realizar-se-á mais facilmente se for inspirado do modelo americano".

O Departamento da Defesa organiza também programas de formação para 28.000 a 30.000 participantes por ano, para as forças militares e policiais dos PS, com as mesmas características da USAID.

É claro que para um jovem inteligente dum país pobre, tudo isso é muito atraente. Ensino gratuito, muitos "benfeitores" e a garantia de prestígio social na volta. Isso faz facilmente esquecer que os países que mais recebem essa forma de ajuda são também os que têm o maior número de presos políticos... O ideal é que as elites de uma sociedade tornem-se inconscientemente promotoras dos "valores" da sociedade americana.

Infelizmente, a formação dessas elites não inclui preocupações sociais. No melhor dos casos, considera-se os pobres como "passivos". Às vezes, eles são considerados como obstáculos ao desenvolvimento. Nunca aparece a menor preocupação de dar a esse povo um mínimo de formação. O sistema de educação do Terceiro-Mundo, servilmente copiado do sistema ocidental, freiou o desenvolvimento agrícola e levou as novas gerações a abandonar a agricultura. O abismo entre a cidade exploradora e o campo explorado aumenta o êxodo rural e a proliferação das favelas. O setor agrícola não dispõe do pessoal formado necessário a sua modernização. A grande parte dos animadores rurais, às vezes formados nos Estados Unidos ou na Europa, são acostumados à vida de cidade e não podem readaptarem-se ao meio rural.

É provável que a burguesia nacional dos países pobres não teria feito as transformações necessárias se tivesse ficado "independente". Rico é rico e não toma jeito. O certo é que esse apoio de fora dado às assim chamadas "elites" não fez senão reforçar suas tendências em oprimir os pobres, sem nunca enxergar os verdadeiros problemas.

4 . TECNOLOGIA

Nenhum instrumento, nenhuma tecnologia, nenhuma prática cultural introduzidos numa sociedade de fora são "neutros". Nenhuma solução pretendidamente técnica a um problema fica técnica mais de cinco minutos. Toda inovação terá consequências a longo prazo sobre a vida do pessoal e influenciará seu trabalho, o futuro de seus filhos e a quantidade de comida que terão ou não para comer. Se as consequências dessas inovações forem desastrosas, quem terá tido a vida diminuída ou arruinada encontrará pouca consolação em saber que os inovadores tinham boas intenções ou que as soluções propostas pareciam perfeitas no papel.

Quando se fala em "Tecnologia", pensa-se principalmente em máquinas ou aparelhos complexos. Aqui, a definição será mais ampla. Primeiro, esse termo incluirá a escolha da cultura que será produzida. Essa escolha orientará o tipo de pesquisa que será conduzido e os meios de produção que precisará. Ela influenciará também sobre o consumo e a renda. O tipo de cultura escolhido tomará lugar num sistema de comércio mundial que modificará profundamente por sua vez as escolhas dos países quanto às orientações de sua economia. A tecnologia - entendida como todo meio físico para atingir um objetivo - está também implicitamente nos modelos de desenvolvimento adaptados - ou impostos - aos PS e determinará seu grau de dependência ou de autonomia. O tipo de desenvolvimento escolhido influenciará profundamente as relações entre as classes sociais, especialmente, a importância atribuída aos cultivadores e seu lugar na sociedade. As ferramentas e as máquinas constituem apenas uma parte da tecnologia. Tecnologia, aqui, quer dizer os efeitos do ambiente físico sobre o sistema social.

A história dos homens é profundamente marcada pelas transferências de sementes, de plantas e de animais de uma região para uma outra, de uma sociedade para uma outra. Nas regiões que recebem, as técnicas agrícolas que permitem colocar esses sementes para produzir num ambiente novo tiveram muitas vezes profunda influência sobre a organização econômica e social dos agricultores locais e, daí, sobre a formação, social inteira. Também, elas introduziram mudanças importantes na organização do comércio local e internacional com repercussões sobre os hábitos de consumo. Os outros produtores dos mesmos produtos vegetais ou de produtos substituíveis, ficaram gravemente atingidos, e as condições econômicas e sociais das regiões onde se deu tal inovação puderam encontrar-se abaladas.

Eis um exemplo moderno de transferência de uma espécie vegetal cujos efeitos são muito importantes. Ele diz respeito à introdução da soja no Brasil. A FAO previu que a demanda de soja nos PS aumentaria de mais de 53 por cento entre 1965 e 1985, e países como o Japão procuram ativamente diversificar suas fontes de abastecimento. O Brasil pode produzir e vender sua colheita

entre as duas safras americanas de soja. Assim, a política agrícola oficial do governo incentiva a produção de soja para a exportação. O preço é muito interessante, de tal maneira que os cultivadores deixaram o milho, uma cultura tradicional, assim como o trigo numa medida menor, pois a soja precisa de menos adubo. A cultura é facilmente mecanizada e nas zonas de notocultura intensiva da soja, a mão-de-obra representa apenas 11 por cento do custo total de produção e a mão-de-obra vai diminuindo aos poucos. Entre 1969 e 1970, o Brasil aumentou de 250 por cento o número de tratores.

A soja é diferente dos outros cereais; ela deve sofrer uma transformação complexa (em óleo e rações para animais) para ter um valor mercantil. As companhias alimentares as mais competentes do mundo, as grandes firmas americanas são quem se encarrega desse tratamento.

"Aparece, faz dois anos (1971-1973) um duplo movimento : pequenas usinas fecham e passam a funcionar enormes unidades de transformação. Em novembro de 1973, a sociedade Cargill inaugurará sua nova unidade de produção de uma capacidade anual de 360.000 toneladas.

"O management importado pelas empresas de origem americana melhora a produtividade do setor; por exemplo, Anderson-Clayton, cujos capitais representam apenas 61 por cento dos da SANBRA (empresa muito tradicional, pertencendo ao grupo Bunge), realiza um lucro de 11 milhões de cruzeiros (1972), contra 0,6 milhão para a SANBRA. Essas empresas são, na maioria, muito integradas. De um lado, possuem filiais de compra nas regiões produtoras; do outro lado, elas dispõem de corredores de exportação pessoais até os portos."

Esses corredores de exportação revelaram-se necessários, vista a insuficiência da infraestrutura de transporte no Brasil - os caminhões atolavam ou enguiçavam. O Banco Mundial contribuiu por metade ao custo dessa "política dos corredores", que o governo brasileiro teve a gentileza de decretar para as firmas multinacionais exportadoras da soja. A soja tem muito futuro no Brasil pois "essa grande penetração de capitais estrangeiros apresenta a vantagem de abrir esse setor para o exterior, garantindo-lhe uma maior facilidade de adaptação. Além disso, o tamanho das firmas permite investimentos muito rendosos. As firmas de transformação da soja são capazes de aumentar sua produção de 15 a 20 por cento por ano, pelo menos durante cinco a dez anos".

Em 1973-1974, a produção das usinas cresceu de 30 por cento.

É claro que a introdução da soja no Brasil teve consequências benéficas para as multinacionais agro-alimentares. Mas os Brasileiros tiveram algum proveito? Fora desses infelizes pequenos industriais cujas usinas de fraca capacidade foram a falência e desses operários reduzidos ao desemprego, desde a introdução da soja, o milho destinado a alimentar os animais tornou-se raro e os preços da carne e do frango aumentaram respec-

tivamente de 60 e 30 por cento entre 1970 e 1972. O Brasil, como a Argentina, era um dos raros países do Terceiro-Mundo onde a carne era suficientemente barata para fornecer uma base alimentar a grande parte da população. Isso não deve ser mais o caso. O certo é que a cultura da soja reduziu de maneira dramática o número de hectares dedicados antes a uma cultura alimentar de base - o feijão - cujo preço, por causa da penúria, aumentou de 275 por cento entre o fim de 1972 e o mês de agosto de 1973. O arroz também sofreu da conseqüência da soja. Em conseqüência, não somente apareceu uma forte alta dos principais produtos alimentares, mas precisou importar grande quantidade desses produtos. O preço das terras nas regiões capazes de receber a soja teve uma alta espetacular. Um hectare no Rio Grande do Sul valia em média 1.500 cruzeiros em 1972 ... alguns meses depois, um hectare de muito boa terra para soja chegava a 10.000 cruzeiros. Os pequenos agricultores que não possuem as máquinas agrícolas necessárias serão progressivamente eliminados por aqueles que terão os meios de comprar o máximo de terra.

O governo brasileiro incentiva a cultura da soja porque ela constitui um produto de exportação lucrativo, mas a soja, direta ou indiretamente, é fonte de numerosos aumentos. Os alimentos essenciais ao Brasileiro foram os mais atingidos. Desse fato, a produção da soja atrapalha diretamente os esforços do governo que pretende limitar a inflação por todos os meios.

Se podenos mostrar tão facilmente que a etapa mais elementar da tecnologia - a escolha duma cultura - não é absolutamente neutra, o que dizer dos modelos de desenvolvimento muito mais sofisticados impostos aos PS pelas fundações, os peritos em ciências humanas e os governos do mundo rico ?

Na verdade, quanto mais cedo os países pobres largarem as técnicas, as instituições e os modelos de desenvolvimento ocidentais, tanto melhor encontrar-se-ão. Tais modelos são necessariamente concebidos, consciente ou inconscientemente, para favorecer os interesses ocidentais. É indispensável para o mundo desenvolvido que os países pobres fiquem fornecendo matérias primas, sendo parceiros comerciais fiáveis. Mas eles não podem se tornar concorrentes. Se o Terceiro-Mundo aceitar essa decisão ocidental, ela produzirá comida para a exportação e não para seus habitantes, a fim de conseguir o dinheiro para comprar os produtos industriais e os artigos de luxo do mundo rico.

Vejam agora a tecnologia no seu sentido mais convencional, isto é os instrumentos de produção. Escolher uma tecnologia é também escolher o vendedor, isto é um parceiro comercial a longo prazo. Quais as implicações dessa escolha para as economias rurais pobres ? Para produzir comida, pode-se escolher técnicas e meios de produção fornecidos por multinacionais ou desenvolver um importante setor artesanal para providenciar aos agricultores ferramentas melhoradas e adequadas. Pode-se tentar produzir adubo a partir de fontes diversificadas ou importá-lo. Escolher a importação é escolher a dependência. Assim se deixa de investir os recursos nacionais na agricultura, pois precisa

... de investir os recursos nacionais na agricultura, pois precisa

pagar a tecnologia. Investindo menos, se produz menos. Produzindo menos, precisará mais ajuda de fora. É o ciclo infernal. As técnicas aparentemente mais avançadas são as que mais perpetuam o subdesenvolvimento. A tecnologia avançada pode contribuir ao crescimento da fone.

A principal riqueza dos PS é a mão-de-obra abundante, e a tecnologia ocidental visa reduzir a mão-de-obra. Não precisa desenvolver mais esse ponto. A definição dos objetivos sociais deve preceder a escolha da tecnologia. A autonomia dos países pobres é a única estratégia que pode tirá-los da dependência do Ocidente. Isso quer dizer, utilizar no máximo os recursos próprios, incluindo os homens, antes de chamar uma ajuda de fora.

Os PS poderiam começar por utilizar seu recurso fundamental o mais abundante * a população. Pode-se confiar na experiência dos camponeses em vez de tentar impor-lhes de cima uma tecnologia "para seu bem". Empiricamente, os camponeses praticam a pesquisa e o desenvolvimento desde gerações, senão não teriam sobrevivido. O problema não é educar os camponeses, mas "deseducar" os quadros técnicos e científicos. Levar a experiência dos camponeses em consideração não significa ficar apenas nos métodos tradicionais. Técnicas mais modernas podem e devem ser introduzidas em diversos pontos da cadeia de produção e de distribuição para dominá-la mais e melhorar a qualidade. Somente, as decisões técnicas devem ser tomadas pelos agricultores, discutindo com os cientistas e os técnicos. Assim nascem as "técnicas intermediárias" sempre adaptadas a uma situação determinada, concreta.

5. A REVOLUÇÃO VERDE

A "Revolução Verde" foi apresentada como a solução-milagre aos problemas alimentares do Terceiro-Mundo. Vamos examiná-la de perto.

Do ponto de vista técnico, o que significa esse conceito ?

A Revolução Verde baseia-se na produção de cereais com alto rendimento - ou, melhor, de alta potencialidade - permitindo aumentar o volume das colheitas sem acréscimo de superfícies de terras cultivadas. As variedades tradicionais, aquelas cultivadas nos três continentes pobres, tendem em ser altas por razões de seleção natural. Assim, elas aproveitam no máximo do sol, ultrapassando o capim e resistindo às enchentes quando vêm as chuvas. Procurando produzir grãos duplos sobre caules compridos, estes, carregados demais, envergan e tocam no chão. O problema era então produzir novas variedades híbridas, sensíveis aos adubos. Essas variedades nánicas, podendo dar rendimentos espetaculares quando beneficiando de condições ideais, foram criadas; foram chamadas variedades com alto rendimento ou VHR. Essas plantas podem ser adaptadas num grande número de ambientes, porém não têm atrás delas milhares de anos de seleção natural: portanto, apresentam problemas de resistência às doenças. Além disso, elas necessitam fortes doses de adubos e um abastecimento em água muito regular. Para aproveitar dessas novas variedades "milagrosas", precisa muita água, adubos, pesticidas, fungicidas e herbicidas (pois o capim também aproveita do adubo). Faltando um único desses elementos, as VHR podem às vezes produzir menos grão do que as variedades tradicionais.

Quando começou a Revolução Verde ?

Nasceu no México em 1943. Quatro agrônomos pagos pela Fundação Rockefeller foram mandados no México que, naquela época, importava boa parte de sua comida dos Estados Unidos. Trabalharam num Instituto conhecido hoje como o Centro Internacional de Melhoramento do Trigo e do Milho (CIMMYT). Os primeiros resultados ultrapassaram todas as esperanças. Logo que foram introduzidas novas variedades, os rendimentos aumentaram. Entre 1944 e 1967, a produção de trigo triplicou e a do milho duplicou. O México chegou a exportar excedentes de cereais.

Naquela época, pensavam que o problema da fome tinha sido resolvido. Não somente as novas VHR produziam mais grão por hectare, mas permitiam um ciclo de cultura mais curto dando duas, até três safras na mesma terra num único ano.

Então, onde está o problema ? No capítulo anterior, procurava-se mostrar que nenhuma tecnologia é neutra. As VHR necessitam de meios de produção importantes que não são produzidos nos PS. Irrigar mais frequentemente com maior precisão, quatro

ou cinco vezes mais adubação, utilizar herbicidas ... daí :

Quem vai fornecer esses produtos, ou quem aproveita da Revolução Verde ?

As firmas agro-alimentares são as únicas podendo fornecer esses novos meios de produção. Quer dizer : as multinacionais vão aproveitar da revolução agrícola tanto como os países pobres. A produção desses cereais vai depender totalmente do fornecimento de mantimentos produzidos e vendidos pelas multinacionais.

Quais os efeitos da Revolução Verde no ambiente ?

Muitas variedades locais de cereais estão desaparecendo; certas características genéticas podem ser definitivamente perdidas. As agro-industriais vão monopolizar os sementes junto com os meios de produção.

Quais os efeitos da Revolução Verde na alimentação humana ?

As VHR têm um forte teor em hidratos de carbono mas são relativamente fracas em proteínas. Tradicionalmente, nos PS, os complementos em proteínas necessários vinham das leguminosas, do amendoim, da ervilha, do feijão e, às vezes, da soja. Para favorecer a produção das VHR, os governos têm fornecido meios de produção com preço abaixo do custo real, aumentando os preços de compra da colheita para compensar, o que teve por resultado de encarecer os preços alimentares para o consumidor. Assim, foi desenvolvida a produção de VHR e diminuiu a produção de plantas com proteínas.

Quais os efeitos da Revolução Verde na pesquisa ?

Um esforço de pesquisa foi dedicado : a) às VHR com alto teor de hidratos de carbono; b) às zonas climáticas favoráveis à sua implantação; c) às plantas sensíveis aos adubos que precisam de produtos químicos para protegerem-se das doenças. Em comparação e por consequência, uma fração mínima da pesquisa foi dedicada : a) às plantas com alto teor de proteínas como ervilha e feijão; b) às zonas não irrigadas, e c) ao acréscimo biológico, e não químico, dos rendimentos. Existe cerca de 80.000 espécies de plantas comestíveis conhecidas, mas apenas 50 dentre elas fornecem 90 por cento de nossa comida. Deve haver muitas possibilidades nas 79.950 outras que poderiam ser utilizadas se as experiências de laboratório atendessem às necessidades humanas e não aos interesses das fundações e companhias.

A principal consequência social da Revolução Verde foi de ter sido considerada como a alternativa à reforma agrária tão suspeita aos olhos dos interesses capitalistas. O desnível entre grandes produtores e pequenos agricultores aumentou ainda mais, assim como o desemprego rural.

CONCLUSÃO DA SEGUNDA PARTE

Apesar de décadas de fracassos evidentes em resolver a crise alimentar mundial, a maioria dos "experts" continuam agindo como se as únicas soluções possíveis pudessem ser apenas técnicas - e, claro, inventadas no Ocidente. Nós temos "vasectomizado" os pais e feito engolir pílulas às mães do Terceiro-Mundo; nós temos criado as classes dominantes que compartilham nossa ideologia; nós temos postulado que em todos os casos o "Ocidente era o melhor" e temos introduzido rapidamente uma tecnologia aproveitando às nossas multinacionais sem a menor preocupação com suas consequências sociais.

Ficamos atentos a todos os fatores, exceptos aqueles que podiam suprimir a fome e a miséria do Terceiro-Mundo. Algumas instituições nossas mais perspicazes começam enxergar isso. Num discurso pronunciado na frente do Conselho dos Governadores, Robert McNamara, presidente do Banco Mundial, declara que "nas zonas rurais, a terra, e consequentemente o poder econômico e político estão concentrados nas mãos duma pequena minoria". O pior é que essa concentração cresce inexoravelmente. McNamara dá alguns números mostrando que milhões de camponeses não podem enfrentar o pequeno grupo dos potentes proprietários da terra :

"Até o uso limitado que tem o pequeno agricultor da sua terra é inseguro; os contratos de parceria não lhe oferecem geralmente nenhuma garantia e vêm acompanhados de condições intoleráveis. Em muitos países, parceiros devem entregar ao dono de 50 a 60 por cento de suas colheitas, o que não os impede de ser constantemente ameaçados de expulsão. Uma situação tão precária não os incentiva em tornarem-se mais produtivos".

Evidentemente, McNamara não vai dizer àqueles camponeses : "Rompam suas cadeias". Mas, pelo menos, uma instituição tão potente e conservadora como o Banco Mundial confessa hoje que o problema é político e social e não técnico. Ou, como a ONU declara timidamente, "quaisquer que sejam as condições de cada país, todos devem repensar suas políticas agrícolas e alimentares a fim de acabar rapidamente com a pobreza rural".

Pois o problema é a pobreza. Muita gente considera que a fome é em parte devida à preguiça e à estupidez dos "camponeses atrasados" - seja que estes não querem trabalhar, seja que recusam obstinadamente aceitar as técnicas agrícolas modernas. Isso é falso. Vimos que os pequenos agricultores produzem, muitas vezes, mais por hectare do que os grandes latifundiários - apesar de não terem acesso aos novos meios de produção e de a terra que cultivam ser quase sempre de uma fertilidade medíocre. Já constatamos que um número crescente de pequenos agricultores - 85 por cento na maior parte da Ásia - não podem alimentar-se o ano inteiro com sua safra e que quase a metade deles mal conseguem alimentar-se seis meses sobre doze. É uma das razões pe-

las quais muitos pequenos hesitam em adotar os "meios de produção modernos" como adubos e pesticidas. Se pretendem adquirir esses meios, eles devem pagar na hora (eles não têm crédito nos bancos a não ser com condições exageradas) e, mesmo que pudessem duplicar ou triplicar seus rendimentos, muitos deles não poderiam ainda alimentar a si mesmos. Fornecer alimentação suficiente a milhões de pequenos camponeses (sem falar naqueles que nem possuem terra) não depende de um trabalho mais intensivo ou de "modernização". Nesse sistema atual, esses camponeses podem escolher entre trabalhar na cidade, endividamento ou fome. Mas quando um pequeno emerge uma oportunidade de conseguir a independência alimentar, ele apanha-a. A esse respeito, os poucos estudos feitos no terreno mostram que os agricultores produzindo já bastante comida para sete a nove meses do ano são aqueles que desejam mais investir nos adubos, nas novas variedades de cereais, etc., pois essas despesas suplementares podem permitir-lhes alimentar suas famílias no ano todo. Mas na maior parte dos casos, o pequeno agricultor sabe que, se ele fizer um esforço a mais, a maior parte de sua renda irá para o dono da terra, se ele for meeiro; ao emprestador, se ele estiver com dívidas; ao comerciante no qual ele deve comprar com preço alto, antes da próxima colheita, uma parte de sua safra precedente que ele teve que vender com preço baixo - ou então, ao funcionário do Estado mais ou menos corrupto.

O problema existe também ao nível nacional e devemos, mais uma vez, mostrar até que ponto os PS estão presos num ciclo infernal. Sua política é prejudicada pelo número crescente de indivíduos que devem alimentar - mas esse número não diminuirá enquanto uma repartição mais equável dos recursos nacionais não estiver estabelecida. Os PS são dominados de fora por estratégias a longo prazo destinadas a colocá-los sob controle do Ocidente; seja por uma ideologia que propõe como únicos objetivos a sociedade de consumo e o proveito, seja ainda por intercâmbios comerciais discriminatórios.

Os velhos impérios coloniais sumiram, mas não foram esquecidos. Os Ocidentais devem praticar hoje um colonialismo mais sutil. Os mais inteligentes deles sabem quando se deve aceitar o inevitável, e como aproveitar no máximo das situações novas. Nos seguintes capítulos, tentarei explicar em que consiste a estratégia nova e como se pode lançar mão da crise alimentar para obter vantagens econômicas ou políticas.

APÊNDICE : OS MEIOS DE PRODUÇÃO AGRÍCOLAS

Não há nada sen nada. Para obter comida, precisa primeiro dar alguma coisa. Tradicionalmente, os "meios de produção" agrícolas, como são chamados hoje, eram a terra e a água dada, ou recusada, pela natureza, às quais o homem juntava o suor de sua testa. Os meios de produção modernos incluem os adubos, os pesticidas e as máquinas agrícolas assim como os meios financeiros do crédito agrícola e os da pesquisa. O resumo seguinte é de natureza técnica e procura simplesmente dar uma idéia dos meios capazes de aumentar a produção alimentar e dos custos reais dum tal aumento. Isso não significa que as mudanças políticas que tornariam possível esse aumento da produtividade serão colocadas em prática.

A TERRA

Sobre cerca de 13,4 bilhões de hectares que constituem a superfície dos continentes, 70 por cento são demasiadamente montanhosos, demasiadamente áridos ou frios para ser cultivados. Atualmente, os cultivadores do planeta utilizam apenas 10 por cento das terras emersas. Consequentemente, 20 por cento das terras aráveis sobrando poderiam, teoricamente, ser dedicados à agricultura. Claro que não é o caso. Estima-se que 700 milhões de hectares suplementares poderiam tornar-se produtivos sem muitas dificuldades; 2 bilhões de hectares poderiam ser juntados a esse total, mas isso requereria extraordinárias precauções e exigiria derrubar todas as florestas, menos aquelas das zonas montanhosas - um remédio mesmo radical ao problema alimentar mundial ! Porém, investimentos moderados poderiam aumentar a superfície cultivada atual de cerca de 50 por cento - essa superfície passaria aproximadamente de 1.400 para 2.100 milhões de hectares - sem desequilibrar os ecossistemas. Esse acréscimo permitiria alimentar decentemente a população global atual e mesmo uma população mais importante. A maior parte dessa superfície potencialmente cultivável encontra-se na África e na América latina, mas o Sudeste asiático possui também numerosas terras inexploradas. A ONU indica que "todas essas regiões sofrem limitações específicas, muitas vezes ligadas a fortes precipitações e a temperaturas elevadas, mas a tecnologia moderna consegue progressivamente resolver essas dificuldades". Uma campanha para eliminar a mosca Tsé-tsé na África permitiria valorizar uma zona de cultura de pastagens quase tão grande como os Estados Unidos. Uma tal campanha custaria cerca de 2,5 bilhões de dólares e desenvolveria estender-se num período de vinte anos. A ONU considera também que abrir para cultura de 6 a 7 milhões de hectares anualmente, daqui a 1985, constitui um objetivo razoável. Depois, o desenvolvimento da tecnologia permitiria abrir para cultura 10 milhões de hectares por ano. A primeira fase dum tal programa

custaria um pouco mais de 2 bilhões de dólares por ano. Gastando 90 bilhões de dólares nos dez próximos anos, seria possível enormes projetos de irrigação e renovar a maior parte dos sistemas de irrigação inadequados existindo hoje. A título de comparação, assinalemos que o mundo gastou 350 bilhões em armas em

A ÁGUA

A maioria dos países desenvolvidos tem clima temperado e precipitações suficientes. Para prevenir os defeitos climáticos, esses países dispõem de sistemas de irrigação complexos. Os Estados Unidos têm a possibilidade de modificar o tempo, e a inseminação das nuvens é considerada hoje mais eficiente que as preces aos deuses da chuva. Apenas um oitavo das terras cultivadas dos países pobres está irrigado - a maior parte dessa superfície irrigada se encontra na Ásia. Somente a metade dessa superfície, seja um dezesseis avos das terras cultivadas, está irrigado com eficácia. Os outros sistemas caracterizam-se pelo exagero, a lama e uma ineficiência geral. Nos PS, muitos projetos de irrigação foram espetaculares, mas não foram sempre concebidos no interesse dos pequenos agricultores. Além disso, no Terceiro-Mundo, a água é geralmente ligada a relações sociais complexas. Notadamente na Ásia, a existência dum poço não significa que todos os camponeses possam ter acesso. A água, como a terra, é muitas vezes controlada pelos membros mais ricos da sociedade. Supondo que os obstáculos a um melhor abastecimento de água sejam suprimidos, os lençóis subterrâneos constituem provavelmente a melhor solução de futuro para os PS. Com efeito, a água subterrânea existe em quantidade suficiente na maior parte das regiões do Terceiro-Mundo. A colocação de poços tubulares e de bombas é sem dúvida preferível à construção de represas espetaculares que não contribuem sempre à melhoria da produtividade.

A ONU considera que seria muito mais útil investir nos sistemas de irrigação já existentes - a fim de melhorá-los - do que na elaboração de novos projetos. Nos dez próximos anos, a que na elaboração de novos projetos. Nos dez próximos anos, a renovação da metade dos sistemas existentes - quer dizer uma irrigação eficaz para 46 milhões de hectares - seria um objetivo realista. Essa renovação permitiria duplicar os rendimentos atuais sobre essas terras, mesmo na ausência de outros fatores de produção como os adubos. Se conseguisse irrigar eficazmente 70 milhões de hectares, o acréscimo da produção igualaria um quinto de todos os cereais produzido no conjunto dos PS durante o período 1969-1971 - o que resolveria seu problema alimentar por muito tempo.

OS ADUBOS

Antes da idade da tecnologia, o pequeno agricultor distilizava simplesmente os restos de sua safra precedente, deixava a terra descansar algum tempo, praticava a rotação das culturas (utilizando, por exemplo, leguminosas que favoreciam a fixação do nitrogênio no solo depois de ter cultivado o milho que o tipia família. Não podemos, porém, pensar mais em termos de tecnologia "mansa", perfeitamente cíclica, baseada na recuperação dos restos, mesmo que tenha ainda sua importância. Isso não pode atender às necessidades da agricultura moderna que exige também adubos químicos.

A quantidade de adubos utilizada constitui o melhor indicador da produtividade agrícola de um determinado país. Você pode medir essa quantidade de duas maneiras: em quilos por hectares ou em quilos por habitantes, mas você obterá os mesmos resultados. Esses serão mais espetaculares se escolher o primeiro método: você pode constatar, por exemplo, que a Holanda utiliza 470 vezes mais adubo do que o Gana, ou que a Europa ocidental consome 21 vezes mais do que todo o continente africano. As comparações em quilos por habitantes são também reveladoras: 27 vezes mais adubo utilizado para cada americano do que para cada Índio; 9 vezes mais para cada cidadão do mundo desenvolvido do que para aqueles do mundo subdesenvolvido.

Uma tonelada de adubo aplicada numa zona nunca fertilizada anteriormente (isto é na maior parte do Terceiro-Mundo) pode produzir até dez toneladas de grãos a mais, ao passo que uma tonelada de adubo utilizada no mundo desenvolvido não produzirá mais de três toneladas suplementares, em razão da lei dos rendimentos decrescentes. Ao passo que uma tonelada de adubo trará apenas um pequeno aumento àqueles que já obtêm os melhores rendimentos, ela é de suma importância para aqueles que estão ainda longe de chegar à autonomia alimentar.

Pelas últimas estimativas da FAO (1974-1975), o Terceiro-Mundo poderia produzir aproximadamente 17 por cento do adubo mundial se as usinas existentes fossem utilizadas a sua plena capacidade, mas por múltiplas razões, isso não é o caso. Na realidade, esses países produzem 3 por cento do adubo mundial e consomem cerca de 15 por cento. Em outros termos, isso significa que os países desenvolvidos que representam 25 por cento da população mundial utilizam 85 por cento da produção global de adubo para suas próprias culturas.

Apesar de os países pobres deverem importar a metade de seus adubos para satisfazer a demanda comercial (o que não quer dizer, evidentemente, que suas verdadeiras necessidades sejam satisfeitas), até o início dos anos 1970, eles conheciam as quantidades de adubo que eles podiam esperar comprar e o preço que os países ricos cobriam. Depois, instalou-se a anarquia.

Existe três tipos de adubo : o nitrogênio (N), que representa cerca de 55 por cento da produção mundial; o fosfato (P), 21 por cento e o potássio (K), 24 por cento. O preço desses três adubos subiu espantosamente. A ureia, base dos adubos com nitrogênio, custava 16 dólares por tonelada em 1971, 95 dólares em 1973, e 300 dólares em 1974; o fosfato, sob sua forma natural, passou de 14 a 42 dólares por tonelada durante o mesmo período, ao passo que seu derivado, o triplice superfosfato, triplicou; o preço do potássio não sofreu aumento tão dramático, apesar de ter duplicado. (Esses preços estabilizaram-se a nível suportável em 1976). Em 1971, os PS pagavam 550 milhões de dólares para os adubos. Em 1974, para manter suas importações em mesmo nível, teriam pago 2,5 bilhões de dólares. Vários países dispostos a fazer esse sacrifício nem puderam importar adubo em 1974 a qualquer preço que fosse. A FAO publicou uma série de boletins alarmantes para 1975. As safras da primavera no mundo pobre sofreram graves penúrias de adubo e a Direção do Plano internacional de fornecimento para os adubos anunciou que se uma ajuda não fosse fornecida rapidamente, a maior parte dos países que a ONU chama "os mais desfavorecidos" deveriam conformarem-se em ter rendimentos ainda mais fracos para as safras de outono. Um documento técnico publicado em junho de 1975, pela comissão da FAO sobre os adubos até 1981, mostra colunas de estatísticas negativas para os "países em desenvolvimento a economia de mercado" (isto é os países subdesenvolvidos, sem planificação central); estes arriscam ser confrontados a uma subprodução e a uma penúria permanente num futuro previsível.

As economias a planificação central (os países socialistas) da Europa e da Ásia poderão suprir suas próprias necessidades em nitrogênio, em fosfato e em potássio, ao passo que o mundo desenvolvido disporá de excedentes pouco abundantes que arriscam diminuir nos dez próximos anos. Não há de estranhar de que Raymond Ewell, autoridade mundial em matéria de adubo, considere que haverá uma penúria de adubo permanente "até o fim dos tempos". As projeções da FAO mostram que a capacidade de produção mundial poderá simplesmente cobrir a demanda efetiva (comercial) e que ela será de qualquer jeito insuficiente para atender às necessidades dos países pobres se estes quiserem aumentar sua produção alimentar.

O problema do adubo parece pois insolúvel. O Terceiro-Mundo será condenado à penúria e à subprodução alimentar "até o fim dos tempos" ? Por que estamos numa tal crise ? A neu ver, assim como a guerra é denasiadamente importante para ser entregue aos generais, o adubo é denasiadamente vital para ser entregue aos industriais. A indústria dos adubos ilustra perfeitamente o funcionamento do sistema do mercado.

Devemos primeiro constatar que terá poucas exportações de adubos para as áreas em que os fertilizantes poderiam triplicar os rendimentos. Os Estados Unidos têm suprimido todas as restrições no número de hectares podendo ser aproveitados para cultura, pois eles sabem que podem vender todo o grão que produzirem (porém, 20 por cento das superfícies de trigo foram retira-

perífcies plantadas em trigo e cada a previsão do Departamento da Agricultura, indicando que uns 30 milhões de hectares de milho vão ser cultivados ... a demanda deveria atingir um novo recorde" ... "Para os mercados estrangeiros, não prevemos nenhuma expansão rápida da exportação pois uma tarefa prioritária é fornecer o mercado interno." Isso significa que os pobres continuarão pagando o maior preço para os cereais em vez de terem uma esperança de chegar a autonomia alimentar, mesmo se tivessem para isso que pagar o adubo mais caro. Pois é vital para os Estados Unidos controlar, económica e politicamente, o abastecimento em cereais do Terceiro-Mundo, e indirectamente sua produção alimentar.

Aquilo que aconteceu na indústria dos adubos nesses últimos anos é característico do sistema capitalista. Quando a produção aumenta, os preços tendem a baixar e a indústria não tem nenhuma razão de investir no crescimento de sua capacidade produtiva. Quando a demanda cresce, os preços sobem. Os programas de investimento da indústria em novas usinas seguem os preços - apenas o suficiente para garantir preços e lucros altos, pois a indústria não quer que os preços baixem. Em consequência, a capacidade produtiva deve ser estreitamente controlada. Quando de uma recente reunião do Plano Internacional de fornecimento para os adubos, realizada pela FAO em 1974 ao pedido da ONU, houve o seguinte diálogo: Falando em nome dos países em desenvolvimento ... Suleiman A. Tabawi ... declarou que "o problema do adubo estava piorando" e pediu aos representantes da indústria se tinha alguma chance de os preços abaixarem. Uma resposta negativa e ingênua lhe foi dada por Neal Schenet, vice-presidente da International Minerals and Chemical Corporation, companhia estabelecida nos Estados Unidos. "Eu não vejo nenhuma esperança para uma baixa dos preços num futuro próximo", declarou Sr. Schenet. Ele disse que a indústria mundial do adubo "gasta centenas de milhões de dólares a fim de aumentar a capacidade de produção das usinas". "Um equilíbrio subtil deve ser mantido, explicou, entre a expansão destinada a atender à demanda prevista e uma superprodução podendo levar à superabundância."

Na realidade, o Sr. Schenet e seus colegas são apenas interessados pelos fregueses que podem pagar os preços estabelecidos por sua indústria - preços que são fixados pelas penúrias mais do que pelos custos de produção. O Sr. Schenet não ariaria mais do que pelos custos de produção. O Sr. Schenet não acha inconveniente falar num "equilíbrio subtil" e numa possível "superabundância" num mundo em que gente morre de fome, em parte por causa da política de sua indústria.

Em alguns IS. atingimos o cúmulo do absurdo. O Sr. Steiner, do Plano para o Fornecimento de adubo da FAO explica que, paradoxalmente, vários países dispõem de excessos de adubo. "Naquela época (em 1973), os governos do Terceiro-Mundo importavam adubo com preços muito altos. Portanto, a maioria dos agricultores não tinham condição de comprar-lo. Os governos não puderam subvencionar os agricultores, então tiveram que parar as importações, o que deixou um excedente no mercado. Assim, as neces-

sidades de adubo continuam tão importantes, mas o velho problema da ausência de uma demanda efetiva (isto é do poder aquisitivo) levou à redução da utilização do adubo".

Vejam os quais foram os lucros dessa indústria em 1974. Uma das maiores firmas declara: "Em 1974, Estech Inc. teve que enfrentar uma situação difícil: controle dos salários e dos preços, inflação, crise da energia e vários outros problemas nacionais e internacionais. Contudo, Estech realizou lucros recordes naquele ano. O caminho fora indicado pelo êxito do grupo Adubos e Produtos Químicos Agrícolas de Swift Chemical Co. Todas as unidades de funcionamento ultrapassaram seus precedentes resultados e os lucros previstos para o exercício 1974. Ao nível dos lucros e das toneladas de produtos vendidos, foi um ano recorde para a companhia Swift. Como sempre, essa produção foi mandada principalmente para os agricultores americanos."

As outras firmas de adubo americanas realizaram lucros semelhantes em 1974. Na Grã-Bretanha, a situação é a mesma.

A indústria dos adubos firmou sua posição. Ela não tenciona voltar à situação dos "excedentes" dos anos 60, quando as inovações tecnológicas reduziram os custos de produção de 20 por cento e aumentaram a produtividade das usinas de 600 para 1.000 toneladas por dia. A conversão a esse novo tipo de usina nos países industrializados levou a um acréscimo rápido da produção e várias companhias - as grandes firmas petrolíferas - entraram nesse novo mercado.

Essa situação levou à "superprodução" (sempre em relação com a demanda comercial), o que fez abaixar o preço dos principais adubos nitrogenados de 90 para 20 dólares por tonelada. Muitas companhias foram à falência, nas aquelas que "aguardaram" tomaram posse do mercado e realizam hoje extraordinários lucros sobre os preços que elas podem fixar nos Estados Unidos como no estrangeiro.

Os investimentos no acréscimo da capacidade de produção provocados pela alta rápida dos preços são estimados (por Estech) em 5 bilhões de dólares daqui a 1980, mas essa produção não será disponível na hora. E, como mostram as estatísticas da FAO, esses investimentos não levarão a uma situação de excedente - ainda menos a um "engarrafamento" do mercado. Durante esse tempo, os países desenvolvidos continuarão absorvendo a maior parte do adubo disponível. Em 1973, quando a situação tornou-se crítica, a quantidade destinada à Índia diminuiu de 30 por cento, a do Paquistão de 20 por cento e a do Bangladesh de 50 por cento. Tem pouca chance que essa situação mude radicalmente.

Como pôr fim a desigualdades tão evidentes? A "penúria" crônica de adubo parece condenar os PS a rendimentos sempre mais fracos. Orville Freeman, antigo secretário de Estado americano à Agricultura, lembrou aos industriais que "os adubos químicos são responsáveis de cerca de um terço da comida produzida no mundo hoje em dia. Um mundo sem adubo seria incapaz de fazer

viver um bilhão de nossos semelhantes". Ele deixou de dizer que esse "mundo sem adubo" já existe e que engloba presentemente dois bilhões de "nossos semelhantes".

Hoje, algumas instituições como o Banco Mundial lamentam a penúria de adubo nos PS. Infelizmente, apesar de o adubo ser considerado desde pelo menos vinte anos como um dos fatores-chaves capazes de resolver o problema da fome, o Banco mesmo não fez muita coisa para ajudar os países pobres a produzir adubo e até chegou a prejudicar seus esforços. Assim, quando a Argélia propôs a construção de sua primeira usina de adubo, o Banco recusou o financiamento, com o pretexto que a usina seria grande demais para as necessidades da Argélia e que o governo local deveria primeiro mostrar contratos de compra concluídos com outros países. Os Argelinos financiaram sozinhos a construção de sua usina. Hoje em dia, essa nem atende à metade das necessidades do país.

O relatório sobre os adubos realizado pelo Sri Lanka na Conferência Mundial da Alimentação constitui a proposição a mais valiosa para contribuir em inverter essa situação catastrófica. Esse relatório afirma que "se a maior atenção não for dada à indústria dos adubos e se essa indústria não for tirada dos movimentos de mercado, todas as iniciativas em prol do desenvolvimento agrícola e econômico do Terceiro-Mundo darão um grande passo para trás". Por enquanto, essa declaração não passa de um piedoso voto. Ninguém acredita que a indústria vai abandonar suas vantagens, mesmo se ela teve que ajustar seus preços a níveis mais realistas nos últimos dois anos.

A utopia de hoje deveria ser o objetivo de amanhã. No intervalo, a situação poderia melhorar um pouco se os países que antigamente utilizavam a matéria orgânica como adubo, mas que foram incentivados em abandonar o adubo biológico em favor do adubo químico, voltassem a uma tecnologia "mansa" de reciclagem. A ONU sugere a utilização de vários adubos vegetais, animais e humanos que podem dar ao solo os elementos nutritivos necessários sob forma de nitrogênio, de fosfato e de potássio e beneficiar assim ao conjunto da agricultura. A disponibilidade potencial desse adubo é muito importante. Estima-se que o total dos resíduos nos países em desenvolvimento em 1970-1971, resíduos que podiam ter sido utilizados como adubo orgânico, continham 7 vezes mais elementos nutritivos (sob forma de nitrogênio, fosfato e potássio) do que a quantidade total de adubos químicos consumidos por estes países naquele ano."

Infelizmente, não se trata apenas de um problema técnico. Um pesquisador descobriu no Sri Lanka que os camponeses tinham sido incentivados em utilizar adubos químicos importados e que os serviços de vulgarização deixavam entender que eles eram "atrasados" se recusavam-nos. A utilização dos adubos importados é hoje difundida no Sri Lanka todo. Mas os preços de exportação da copra, da borracha natural e mormente do chá - a maior fonte de renda do Sri Lanka - baixaram, enquanto os preços dos adubos subiram. Agora, os animadores rurais desejariam que os agricultores voltassem a seu precedente sistema de agricultura

ra baseado no composto - mas eles descobriram que qualquer mudança tecnológica leva automaticamente a uma mudança na estrutura social, e que passar de repente de um método a um outro apresenta muitas dificuldades.

A China levou a utilização dos resíduos orgânicos ao nível de uma arte, tratando-os antes de misturá-los com o solo a fim de eliminar as bactérias nocivas. Os Chineses desenvolveram também uma rede de 800 usinas locais que transformam o carvão e a água em adubos químicos nitrogenados. "Em 1973, essas usinas forneceram a metade dos adubos inorgânicos utilizados na China... A China constrói atualmente oito usinas de adubo capazes de produzir mil toneladas por dia (essas usinas foram encomendadas a uma companhia americana)". "Os cientistas americanos (dez agrônomos que visitaram a China durante quatro semanas no fim de 1974) pensam que as usinas locais de adubo que produzem bicarbonato de amônio, um produto químico que não costuma ser usado como adubo fora da China, baseiam-se numa tecnologia simples que poderia muito bem ser adotada em outras partes do mundo.

Uma outra solução seria aproximar a produção de adubo das fontes energéticas de matérias primas. O gás natural constitui a melhor fonte energética que tenha para o adubo nitrogenado. Ele é menos caro por unidade de energia do que as outras fontes, e as usinas que o utilizam precisam de tecnologia mais simples e então dum investimento em capital menos importante. Hoje em dia, os países produtores de petróleo queimam - isto é desperdiçam - 130 bilhões de metros cúbicos de gás por ano. A construção de usinas de adubo no lugar a fim de utilizar esse gás natural poderia ter um impacto enorme sobre a produção alimentar dos PS, pois é legítimo pensar que esses países seriam abastecidos em prioridade pelos produtores dos Estados Árabes. Algumas revistas profissionais relatam que várias associações estão em projeto ou já foram realizadas entre as companhias americanas e os governos do Oriente-Médio.

Todos tipos de proposições foram feitos nos vários encontros organizados pela ONU e a FAO. Essas proposições falam em estabelecimento de "fundos comuns de adubo", dos planos de assistência financeira bilaterais ou multilaterais em prol dos PS, na constituição de estoques reguladores pelos governos, dos "direitos de tiragem especiais" que permitiriam os países pobres beneficiarem, em caso de necessidade, de uma certa porcentagem da produção mundial, etc. Pode-se duvidar da eficiência dessas propostas num mundo em que a indústria dos países desenvolvidos, escondida atrás das leis da "economia de mercado", determina os preços - e o preço do adubo é o que constitui o problema fundamental. A indústria não abandonará seus privilégios senão se forçada. Em razão de sua dependência para com essa indústria, o Terceiro-Mundo fica inpotente. Entretanto, o estabelecimento de contratos a longo prazo e a preços fixos entre os produtores e os importadores poderia constituir uma solução parcial. A Comissão da FAO para os adubos salienta com alguma ironia que "infelizmente, no passado, o mercado internacional dos adubos tem sido caracterizado pelo oportunismo dos produtores como dos impor-

tadores". (Alguns devem ter mais condição de ser oportunistas...) "Entretanto, com uma fórmula de fixação de ser oportunistas...) xinos, e um pouquinho de boa vontade dos preços mínimos e nã-tais contratos poderiam beneficiar a ambas as partes."

No mesmo tempo, a ajuda internacional deveria permitir os PS aproveitarem plenamente de sua capacidade produtiva existente, aumentar a eficiência da utilização e da distribuição do adubo que já têm, e orientar a pesquisa para novas fontes energéticas e uma tecnologia mais simples (como na China). As nações que beneficiam da ajuda alimentar deveriam poder escolher entre adubo e comida. Os PS mesmos devem resistir à tentação de usar o adubo para as culturas lucrativas, na esperança de aumentar seus recursos em moeda. Isso não lhes serviria em muito num período em que os preços da comida e dos produtos manufaturados importados não cessam de subir. O adubo deve ser mandado para os agricultores que podem produzir comida para seu país de maneira muito mais econômica. Afinal, e mesmo que isso possa parecer muito utópico hoje; a indústria dos adubos deveria ser considerada como um serviço público - ao mesmo título do que água e luz - e não como uma fonte de lucros para as empresas privadas que aproveitam da fome dos outros.

OS PESTICIDAS

O que é um parasito? A FAO, que é muito competente na matéria, indica que é um inseto, uma traça, um carrapato, um nematódeo, um fungo, uma bactéria, uma má-erva, um roedor, um pássaro, um molusco, um crustáceo, um vírus que destrói ou danifica as plantas e os animais que o homem utiliza para produzir sua comida e suas fibras. Então, o que é um pesticida? Todo método natural ou substância química podendo eliminar os parasitos acima mencionados. Esse termo inclui pois os inseticidas, os herbicidas e todos outros "cidas".

Se o problema dos adubos é preocupante no Terceiro-Mundo, o dos pesticidas é desastroso. Em 1970, os Estados Unidos compraram 45 por cento dos estoques de pesticidas disponíveis, seguidos pela Europa ocidental (23 por cento), a Europa do Leste e o Japão. As compras totais dos PS atingiam apenas 7 por cento desse total. Essa situação não melhorou; de 1974 a 1976, ela deve ter piorado, apesar de os países pobres plantarem cada vez mais variedades exigindo pesticidas. As vendas mundiais aos preços dos fabricantes chegaram a cerca de 4 bilhões de dólares em 1970; deveriam chegar a 10 bilhões em 1980. Os pesticidas não constituem uma indústria particularmente importante; para fins de comparação, assinalemos que, em 1975, o orçamento de um único fabricante de máquinas agrícolas (John Deere) ultrapassava 2,5 bilhões de dólares! Apesar da demanda existente para esses produtos, a indústria dos pesticidas não tem crescimento rápido. Ela também não é uma indústria em que as pequenas companhias podem sobreviver. Desse fato, um número limitado de firmas continuam controlando a produção e vendendo com preferência aos mercados seguros e estáveis dos países desenvolvidos.

Os pesticidas, como os adubos, dependem por grande parte dos produtos do petróleo, e a situação presente do mercado está muito apertada. A demanda reduziu os estoques de 1973-1974 a zero. Naquele ano, a ONU predisse uma penúria de 20 a 30 por cento para 1975, indicando que uma "penúria dessa ordem poderia fazer cessar os fornecimentos de pesticidas aos países em desenvolvimento, se os países desenvolvidos que produzem quase todas as matérias primas dos pesticidas dessem prioridade a suas próprias necessidades". Precisaria uma revolução mundial para que os países desenvolvidos não dessem mais prioridade a suas próprias necessidades ! Como não aconteceu, as previsões da ONU revelaram-se certas; a Índia e o Paquistão foram particularmente atingidos. As perspectivas a maior prazo não são mais favoráveis.

Antes de os ecologistas os mais rigorosos alegrarem-se, lendo essas linhas, da "pureza biológica" do Terceiro-Mundo, eles devem saber que a quantidade de comida perdida ao nível do terreno nos países pobres, por causa dos parasitos, é estimada a cerca de um terço de suas safras totais, e que a quantidade de comida perdida ao nível da estocagem pode atingir 40 por cento. Baseando-se nos preços dos cereais em 1973, as perdas mundiais podem ser estimadas para um único ano em 75 bilhões de dólares.

Esses números dão uma idéia das perdas de cereais provocadas por uma prevenção e uma proteção químicas inadequadas. As estatísticas a respeito da produção animal não são mais animadoras. Um especialista afirma que pelo menos os dois terços do rebanho mundial, que ele estima em 100 milhões de cabeças, sofrem de doenças parasitárias. Nos Estados Unidos - onde as normas sanitárias são muito rigorosas - as perdas em gado e ave durante o período 1951-1960 ultrapassaram 5 bilhões de dólares. Como podemos esperar, a situação está bem pior nos países pobres. Em 1960, as perdas em animais do México e do Peru representaram pelo menos 37 por cento de sua produção animal total, e foi preciso cinco anos para a Guiné reconstituir seu rebanho depois de uma epidemia de peste bovina. Ninguém sabe exatamente o que esses números representam em perdas de leite, de ovos e de carne.

Esse livro não pretende defender a implantação de culturas lucrativas nos PS mas, por enquanto, essas culturas existem, e é impossível tirar proveito delas sem empregar os pesticidas. Numa experiência realizada pelo Centro Experimental do Algodão na Nicaraguá, uma parcela não recebeu nenhum tratamento químico durante toda a estação de cultura. Ela produziu 130 quilos por hectare. Na Nicaraguá, um agricultor deve produzir 1.550 quilos por hectare para sobreviver. Depois de ter protegido durante três anos seus pés de cacau contra os insetos, o Ghana aumentou seus rendimentos de quase 250 por cento.

Quando o controle químico ainda não existia, durante o século XIX e no início do século XX, várias indústrias agrícolas desabaram : o café no Sri Lanka, o cacau em amplas regiões da América do Sul e as bananas que ocupavam milhares de hectares na América Central sumiram mera e simplesmente. Sem os pesticidas, outras culturas poderiam também desaparecer.

Por que o mercado está tão apertado e por que os preços dos pesticidas sobem? O aumento dos preços do petróleo fornece apenas uma parte da resposta. Os produtos químicos são fabricados por uma indústria que, em relação com as outras, necessita talvez das pesquisas as mais importantes. Os porta-vozes da indústria dos pesticidas salientam que devem hoje testar mais de dez mil produtos antes de liberar um só no mercado - e precisa de oito anos em geral para que um pesticida esteja disponível. Em 1974-1975, estimava-se em 10 milhões de dólares o custo necessário ao desenvolvimento de um produto novo; em 1967, esse custo atingia apenas 4 milhões de dólares. Além dessas muitas experiências destinadas a determinar os produtos ativos, os pesquisadores devem encontrar o melhor método de aplicação (pó, emulsão, etc.) e conduzir vários ensaios no terreno durante vários anos em diversas partes do mundo, a fim de realizar testes sobre a toxicidade dos resíduos. Os estudos de mercado e o processo de regisração dos dados levam também muito tempo.

No mundo inteiro, existe apenas 30 a 35 centros de pesquisa para o desenvolvimento dos novos pesticidas, e esse número pode diminuir com o aumento do custo das pesquisas. Cinco desses centros estão na Alemanha ocidental, dez ou doze no resto da Europa ocidental, menos de dez nos Estados Unidos, e três a cinco no Japão. Alguns centros existem também na Europa do Leste, mas sua produção não está sendo exportada fora dessa região.

A maioria dos PS nem dispõem de estoques suficientes de produtos químicos fundamentais para fabricar os pesticidas os mais simples, e não têm nenhuma infra-estrutura industrial permitindo fabricar produtos mais sofisticados exigindo pelo menos cinco sínteses. O que podem fazer - a não ser aceitar as pragas e os insetos nocivos como uma constante de sua agricultura? Em vez de partir de zero tentando criar uma indústria de pesticidas, eles deveriam talvez construir usinas de recomposição que pudessem receber os produtos brutos de fornecedores estrangeiros e, depois, preparar eles mesmos as emulsões, as soluções, etc. Eles importariam assim menores tonelagens, o que permitiria economizar dinheiro. É possível que tais usinas não possam tratar certos produtos mais sintetizados - mas seria sempre melhor do que nada.

Os governos dos PS deveriam também reunirem-se para examinar suas necessidades em pesticidas e projetar contratos de compra comuns a longo prazo. A indústria se queixa de não conhecer com antecedência as necessidades dos PS (em termos comerciais) para poder abastecê-los. Os governos dos PS deveriam também cooperar com a FAO e o Codex Alimentarius para estabelecer as normas internacionais aceitáveis em matéria de toxicidade, resíduos, etc. Se um pequeno país com mercado limitado impõe formalidades de regisração complexas para a importação de produtos que são utilizados no resto do mundo, a indústria desinteressar-se-á deles. Os títulos protegendo esses produtos não correm muito tempo e a indústria não vai se arriscar em perder tempo em formalidades que acha inúteis. Os PS deveriam dedicar uma parte de sua animação rural em mostrar aos agricultores como aproveitar melhor dos pesticidas que eles dispõem. As técnicas

muito simples de pulverização "de muito pequeno volume" são um bom exemplo disso. A Tanzânia utiliza esse método nos campos de algodão - combinando os produtos químicos importados e seu próprio óleo de algodão. Ela economiza assim 90 milhões de litros de água empregando apenas um terço dos pulverizadores mecânicos que utilizava antes com técnicas convencionais.

Os cientistas trabalhando para as companhias químicas que produzem os pesticidas estão na origem de importantes progressos no controle e na eliminação de doenças humanas, animais e vegetais. Por exemplo, uma grande firma isolou recentemente um produto antiparasitário capaz de eliminar os caramujos aquáticos, o elo essencial na cadeia que causa uma grave doença, a esquistossomose. Se as companhias não fizessem essas pesquisas, ninguém sabe quem fá-las-ia no lugar delas. Contudo, existe um setor no qual seus esforços de pesquisa são mínimos, por razões econômicas evidentes. Trata-se do setor do controle biológico (limitação do acasalamento, difusão de insetos estéreis, etc.). Por enquanto, tais métodos progredem muito lentamente pois todo êxito reduziria as necessidades em produtos químicos. Todavia, na União Soviética, uma usina de Leningrad produz atualmente 50 milhões de insetos "úteis" por dia e o controle biológico por insetos está sendo utilizado sobre 9 milhões de hectares (em relação a 120 milhões de hectares tratados quimicamente), o que comprova o interesse desse método numa grande escala. Os fundos não industriais públicos ou privados deveriam destinar-se às pesquisas sobre o controle biológico, microbiano (certas bactérias secretam toxinas nocivas para os outros organismos), físico (colocação de armadilhas "a luz preta", irradiação) e cultural (rotação das culturas) dos parasitos. Eu não quero dar impressão de louvar o uso sistemático e abusivo de pesticidas como ocorre nos vales da Califórnia ou no Japão. Nos PS, onde a mão de obra é abundante, é possível cumprir numerosas tarefas sem lançar mão dos produtos químicos (capina, coleta dos ovos de insetos nocivos, etc.). Nossa agricultura nos PD é extremamente grosseira - espalha-se adubo ou pesticidas automaticamente e não se fala mais nisso. Os PS, pelo contrário, têm a possibilidade de desenvolver uma agricultura fina, baseada em parte sobre os conhecimentos tradicionais e o emprego de muitos desempregados atuais. Isso dito, não me parece que o abuso dos pesticidas nos PD nos dá o direito de militar para voltar à estaca zero de proteção química nos países cujo clima quente ajuda os parasitos a proliferar.

A MECANIZAÇÃO AGRÍCOLA

A utilização numa grande escala dos adubos e dos pesticidas é, numa ampla medida, um fenômeno da segunda metade do século XX, mas o maquinismo agrícola é um filho da Revolução industrial e ocupa um lugar quase simbólico na modernização das práticas culturais. Os países pobres consideraram muitas vezes o trator como uma panacéia, e os países ricos fizeram tudo para incentivá-los nisso. No início dos anos 70, os mercados tradicionais do mundo desenvolvido para os produtores de tratores es-

tavam quase que saturados. Hoje, eles beneficiam, eles também, da nova política agrícola americana : as companhias nem podem atender à demanda interna. Os maiores fabricantes como Deere, Caterpillar e Massey-Ferguson anunciaram todos que suas usinas funcionavam no rendimento máximo em 1973-1975, e que seus empregados faziam horas extras - apesar de que precisavam espaçar suas entregas. Fiat responde aos pedidos de informação com folhetos promocionais mais do que com estatísticas, mas essa empresa pretende sempre que vende um trator sobre dez vendidos no mundo. Todas essas companhias projetam aumentar sua produção e suas rendas vendendo cada vez mais tratores. Apesar desses projetos de expansão, elas não atenderam inteiramente à demanda em 1975.

Diz a Fiat que os agricultores europeus possuem a metade dos tratores do mundo e os Norte-Americanos pouco mais dum quarto. O último quarto de vendas vai para os três continentes pobres e, claro, a seus grandes proprietários. Os países em que os latifúndios são a característica dominante são os melhores fregueses : por exemplo, em 1973, as vendas de Massey-Ferguson aumentaram de 80 por cento na Argentina, e "o Brasil fica o segundo mercado do mundo para os tratores Massey-Ferguson e o terceiro para suas colheitadeiras".

Assim, no setor da mecanização agrícola, a repartição dos meios é menos desigual -- se consideramos apenas os mais ricos proprietários. Evidentemente, os pequenos cultivadores não podem utilizar economicamente os tratores, e a maioria dos PS não incentivam a propriedade coletiva, a redistribuição das parcelas ou o cooperativismo que poderiam rentabilizar o investimento nas máquinas agrícolas. Um estudo sobre a substituição da mão-de-obra pelas máquinas agrícolas, feito em 1974 por uma das maiores companhias de tratores, indica "que os países em desenvolvimento não pedem mais do que 6 ou 7 por cento da produção mundial de tratores. É pois compreensível que os maiores fabricantes não procurem conceber máquinas podendo atender às necessidades específicas dos países em desenvolvimento". Isso contradiz as estatísticas da Fiat, mas se aceitamos esses números, devemos então concluir que 93 por cento da produção atual de tratores está sendo vendida aos países desenvolvidos, mesmo que os PS possuam cerca de 25 por cento das máquinas existentes, em mais ou menos bom estado. Quando os fabricantes falam na produção necessária aos PS, eles se referem àquilo que esses países podem comprar numa situação de mercado muito apertado, e não às suas necessidades verdadeiras. Em todo caso, esses fabricantes não fazem esforços de pesquisa sobre determinadas máquinas - como os motocultivadores de duas rodas - que seriam muito mais úteis aos pequenos agricultores do que os tratores tradicionais.

Não é sempre verdade que os tratores reduzem a necessidade de mão-de-obra, notadamente quando eles contribuem em preparar novas terras para cultura. Mas é claro que a mecanização agrícola pode constituir um grande perigo para os pobres. (Um estudo do Escritório Internacional do Trabalho - BIT - em 1972, numera em 2.500.000 o número de empregos perdidos na América Latina por causa da mecanização, e trata-se de uma estimação "pru-

dente"). Uma colheitadeira substitui ao menos 90 operários agrícolas. A mecanização pode aumentar a produtividade por operário (mas não necessariamente por hectare) e, pois, diminuir os custos da produção agrícola. O grande proprietário, que pratica uma monocultura intensiva, pode então vender sua colheita menos caro aos comerciantes, afastando assim os pequenos agricultores do mercado. O ciclo acaba quando o grande compra as terras dos pequenos, o que lhe permite a implantação da mecanização agrícola sobre superfícies cada vez maiores. Geralmente, quando não está controlada pela comunidade, como na China, a mecanização agrícola aumenta a dependência do Terceiro-Mundo para com o complexo agro-alimentar ocidental e a dominação dos ricos proprietários sobre os pobres.

A PESQUISA

A pesar de imaterial, a pesquisa constitui um fator de produção fundamental. As últimas estatísticas da ONU disponíveis (1970) indicam que os países desenvolvidos gastam 5,5 vezes mais para a pesquisa do que os países pobres (1,3 bilhão de dólares contra 236 milhões). Mas esses números são enganadores por duas razões. Primeiro, eles concernem apenas o setor de pesquisa pública ou governamental. Nos Estados Unidos, ao menos a metade das pesquisas é efetuada pelas companhias agro-alimentares. Depois, 50 por cento das pesquisas feitas nos PS não são feitas para eles. A maior parte dessas pesquisas são realizadas por agências estrangeiras privadas ou internacionais e concernem apenas as culturas lucrativas, que os países ricos aproveitarão de qualquer forma. Assim os esforços de pesquisa dedicados à produção alimentar dos PS são tragicamente fracos.

Tragicamente, pois a pesquisa paga. Um dos defensores os mais entusiastas das multinacionais mostrava que se uma máquina pode ser registrada, "o mesmo não acontece com um novo método de aplicação de adubo no milho, porém as companhias consideram que a pesquisa rende". Calculados pelo acréscimo dos rendimentos, os lucros anuais médios correspondem a cerca de 300 por cento (podendo até atingir 700 por cento) do investimento dedicado à pesquisa.

Pode-se retrucar que os PS têm a possibilidade de usar as pesquisas feitas no mundo rico. Teoricamente, sim. Na realidade, os esforços ocidentais concernem apenas as culturas alimentares adaptadas às condições climáticas e ecológicas de suas próprias regiões. Isso é perfeitamente normal. Acontece, às vezes, que tais pesquisas possam ser aplicadas em outras áreas. Por exemplo, a Índia e o Paquistão adotaram novas variedades de trigo mexicano descobertas pelos cientistas da fundação Rockefeller após um número limitado de ensaios no terreno - mas trata-se de uma exceção.

O acesso à informação científica é também teoricamente "livre", mas isso não quer dizer gratuito. O Instituto Nacional

da Pesquisa Agronômica tem assinatura a 2.000 publicações relativas à agricultura: existe umas 400.000 variedades de trigo e, em 1972, um único centro internacional de pesquisa produzia 5.000 novas variedades de trigo. Os centros de pesquisa dos países pobres não dispõem nem do pessoal nem dos meios necessários para colher, ler, classificar e distribuir as informações disponíveis. A ONU confirma essas conclusões. Certos estudos feitos entre 1969 e 1974 pela FAO mostram que "em vários países da Ásia, os ministérios da Agricultura não empregam mais de 5 doutores e de 10 licenciados em ciências". No mundo subdesenvolvido, "70 por cento dos institutos de pesquisa não empregam mais de dez pesquisadores diplomados e, na maioria das regiões, 50 a 60 por cento dos institutos empregam menos de cinco". Esses pesquisadores são mal pagos, se considerar sua formação adiantada e as contribuições que poderiam trazer. Precisa ser quase um herói nacional para trabalhar num instituto de pesquisa público dos PS, ao passo que teria muito mais condições de ganhar mais dinheiro trabalhando para uma sociedade privada ou no estrangeiro. A "fuga dos cérebros" para os países ricos é muito grave a respeito dos agrônomos. Além disso, os centros de pesquisa do Terceiro-Mundo têm, muitas vezes, tendência em mexer com muitos problemas, acabando tratando mal todos eles. Nos PS, as despesas dedicadas à pesquisa agrícola em 1970 representaram apenas 0,25 por cento do valor total de sua produção agrícola. No mesmo ano, os países ricos dedicavam 2 por cento de suas rendas agrícolas para a pesquisa.

Centros de pesquisa internacionais e independentes situados no Terceiro-Mundo poderiam trazer aos PS a ajuda que eles precisam. Alguns desses centros já existem; alguns deles foram criados pelas fundações privadas americanas. Resta saber se as pesquisas encaminhadas e financiadas por essas fundações não serão influenciadas por considerações políticas (vide o capítulo sobre "Revolução Verde").

Tais centros deveriam dar seus esforços exclusivamente sobre a comida e apenas a comida, incluindo animais e aves. Deveriam estudar os meios de aumentar o conteúdo energético dos cereais, os melhores métodos de cultura das plantas com alto teor de proteínas como as leguminosas, que foram perigosamente esquecidas nesses últimos anos, efetuar pesquisas sobre as oleáceas que constituem uma parte importante da alimentação dos PS, e mais especialmente sobre as possibilidades da agricultura tropical. Por enquanto, as pesquisas são insuficientes quanto às culturas que podem ser produzidas nas áreas tropicais - excepto para as bananas, o cacau, o açúcar e outras culturas lucrativas.

A ONU propõe um objetivo modesto para 1985: 1,25 bilhão de dólares deveria ser gasto anualmente para a pesquisa nos PS. Se a agro-indústria quisesse melhorar sua imagem de marca, ela poderia facilmente comprometer-se em fornecer uma parte dessa quantia; ela poderia também consentir a seu pessoal científico "anos sabáticos", pagos pelas firmas, para que se dedique à pesquisa útil aos países pobres. Mas esses deveriam fixar os objetivos da pesquisa para evitar que ela sirva apenas para aumentar as vendas futuras dos produtos do complexo agro-alimentar.

O CRÉDITO

No setor do crédito, o pequeno agricultor do Terceiro-Mundo, mais uma vez, leva a pior. Na América Latina, somente os 15 por cento mais ricos da população rural têm acesso ao crédito público ou privado, e na África, são apenas 5 por cento. Na maioria dos PS, o setor agrícola no seu conjunto - ricos ou pobres - recebe poucos créditos. Os estabelecimentos bancários não concedem nenhum crédito a uns 100 milhões de pequenos agricultores considerados como "maus riscos" e eles não querem assumir os custos administrativos dos empréstimos de pequena importância - pequena para esses estabelecimentos, é claro. "Em países tão diversos como o Bengladesh e o Irã, as zonas rurais recebem menos de 10 por cento dos créditos totais; na Tailândia, nas Filipinas e no México, menos de 15 por cento; na Índia, menos de 20 por cento. Ainda, os menores agricultores recebem apenas uma parte dessas importâncias", afirma o Sr. McNamara.

O resultado é que o pequeno agricultor médio investe somente 6 dólares por hectare - se ele tem condição - ao passo que, para obter um rendimento suficiente, ele deveria dedicar de 20 a 80 dólares para a compra dos meios de produção necessários. O pequeno agricultor é impotente; ele deve vender seu produto imediatamente depois da colheita quando os preços estão no mais baixo. Ele deve dinheiro ao agiota local que faz crédito a ele - com juros exorbitantes - entre duas safras. Mesmo os agricultores supostos "livres": aqueles que são nem meeiros, nem posseiros, nem sem-terra, podem ser reduzidos à servidão na ausência de um sistema de crédito digno. Os serviços de vulgarização agrícola, às vezes dirigidos ou influenciados pelas companhias agro-alimentares internacionais que vendem os meios de produção, procuram também beneficiar principalmente aos maiores proprietários.

O pequeno agricultor que está sem condição não vê alternativa à falta de comida senão o recurso do "crédito privado". O Banco Mundial estudou as estatísticas para vários países tratando das taxas institucionais (juros dos bancos de Estado ou dos Bancos privados) e as taxas "comerciais" (quer dizer agiotagem). Esses números revelam que os pequenos agricultores pagam de 3 a 20 vezes mais caro para o crédito dado pelo emprestador local do que pagariam o crédito dum banco - se esse aceitasse ajudá-los. Numa minoria de PS, um número importante de pequenos agricultores podem obter créditos bancários normais; em Taiwan, 95 por cento; na Coreia do Sul, 40 por cento; na Colômbia, 30 por cento. Mas na Etiópia, na Nigéria ou na Malásia, esse número é apenas de 1 ou 2 por cento. Não há, pois, de estranhar que os pequenos agricultores desses países tenham que pagar juros exagerados para o crédito privado; as taxas de juros anuais na Etiópia são (eram ?) de 66 por cento ao ano; na Malásia, de 58 por cento; mas o trofeu fica com a Nigéria onde os agiotas não pediam menos de 192 por cento ao ano.